

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 028/2025 – MÃE AURÉLIA**

### **PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS DAS CULTURAS TRADICIONAIS E POPULARES COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**

Olá, agentes culturais do Município de Aracruz!

Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.

Boa leitura.

Desejamos sucesso!

#### **1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA**

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais das culturas tradicionais e populares atuantes no Município de Aracruz.

Deste modo, o Município de Aracruz torna público o presente edital, elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

#### **2. INFORMAÇÕES GERAIS**

##### **2.1. Objeto do Edital**

O objeto deste Edital é a premiação de agentes culturais das culturas tradicionais e populares que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Aracruz, observadas as categorias descritas no Anexo I deste Edital.

Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada pelo agente cultural ao Município de Aracruz.

O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza a Lei nº 14.903/2024.

## **2.2. Quantidade de agentes culturais a serem premiados**

Serão premiados 08 agentes culturais das culturas tradicionais e populares, divididos entre:

- Coletivos/Grupos culturais sem CNPJ; e
- Pessoas jurídicas de natureza ou finalidade cultural.

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos as vagas podem ser ampliadas.

## **2.3. Valor da premiação**

Cada agente cultural selecionado receberá a premiação conforme as categorias previstas no Anexo I deste Edital.

O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.

O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo do agente cultural, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.

O valor total deste edital é de **R\$ 80,000.00 (oitenta mil reais)**

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **12.02.00 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – 23.692.0031.2.107 – PROMOVER POLITICAS PÚBLICAS CULTURAIS – 33.90.31.00 – PREMIAÇÃO – CULTURA – ARTE – FICHA 1124 – VINCULO 1.719.0000.0000. TRANSFERÊNCIA DA POLITICA NACIONAL ALDIR BLANC.**

## **2.4. Prazo de inscrição**

De 08:00 horas do dia **07/01/2025** até 23h59min59s do dia **13/01/2026**.

## **2.5. Quem pode participar**

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural com contribuição artística ou cultural nas culturas tradicionais e populares no Município de Aracruz há pelo menos 02 anos.

**Agente Cultural das culturas tradicionais e populares** é toda pessoa ou grupo de pessoas que detém os conhecimentos tradicionais e populares e atua na sua transmissão, manutenção e preservação.

O agente cultural pode ser:

- I- Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI);
- II- Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc);
- III- Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
- IV- Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como coletivo ou grupo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para a assinatura do recibo de pagamento e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do coletivo ou grupo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo IV deste Edital.

## 2.6. Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juizes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador)

**Atenção!** O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer nesse Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 2.6.

**Atenção!** Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

**Atenção!** A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera

participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

## 2.7. Em quantas categorias cada agente cultural pode se inscrever neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital em, no máximo em 01 categoria, e poderá ser contemplado com no máximo 01 premiação.

## 3. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- **Inscrições** – etapa de apresentação das iniciativas culturais pelos agentes culturais das culturas tradicionais e populares
- **Seleção** – etapa em que uma comissão analisa e seleciona as iniciativas culturais
- **Habilitação** – etapa em que os agentes culturais das culturas tradicionais e populares selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
- **Assinatura do Termo de Premiação Cultural** – etapa em que os agentes culturais das culturas tradicionais e populares habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

## 4. INSCRIÇÕES

### 4.1. Como se inscrever

O agente cultural das culturas tradicionais e populares deve encaminhar por meio do seguinte e-mail: [protocolo@aracruz.es.gov.br](mailto:protocolo@aracruz.es.gov.br) a seguinte documentação:

- a) Formulário de inscrição (Anexo II);
- b) Materiais que comprovem a atuação do agente cultural nas culturas tradicionais e populares no Município de Aracruz, de quaisquer natureza, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria para qual está sendo realizada a inscrição;
- c) Declaração de representação (Anexo IV), no caso de concorrer como coletivo/grupo sem CNPJ;
- d) Autodeclaração étnico-racial (Anexo VI) ou de pessoa com deficiência (Anexo VII), se for concorrer às cotas; e
- e) Para os Coletivos/Grupos culturais sem CNPJ e Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural, cópia da Certificação Simplificada do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura que possui o código digital (QR Code) emitida até 05/01/2026, data de publicação deste Edital, ou cópia do Selo “Ponto de Cultura” extraído do Mapa da Rede Cultura Viva, para a pontuação bônus prevista no Anexo III.

**Atenção!** O agente cultural das culturas tradicionais e populares é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.

**Atenção!** Ao se inscrever o agente cultural das culturas tradicionais e populares aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB), da Lei 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

## **5. COTAS**

### **5.1. Categoria de cotas**

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

- a) pessoas negras (pretas e pardas);
- b) pessoas indígenas;
- c) pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

### **5.2. Concorrência concomitante**

Os agentes culturais das culturas tradicionais e populares que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, poderão ser selecionados de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

Os agentes culturais das culturas tradicionais e populares optantes pelas cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

### **5.3. Desistência do optante pela cota**

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

### **5.4. Remanejamento das cotas**

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais das culturas tradicionais e populares habilitados em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos habilitados, de acordo com a ordem de classificação.

#### **5.5. Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos**

As pessoas jurídicas e coletivos/grupos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,

II - pessoas jurídicas ou coletivos e grupos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança na iniciativa cultural;

III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe da iniciativa cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no coletivo e grupo sem personalidade jurídica.]

As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo/grupo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VI e Anexo VII.

### **6. ETAPA DE SELEÇÃO**

#### **6.1. Quem analisa as candidaturas**

Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.

Farão parte desta comissão os servidores conforme portaria Semtur -Secretaria de Turismo e Cultura – nº 284, de 04 de Dezembro de 2025.

#### **6.2. Quem não pode fazer parte da comissão de seleção**

Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:

I – tiverem interesse direto na matéria;

II – no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou coletivo/grupo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do coletivo/grupo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e

III - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

**Atenção!** Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

### 6.3. **Análise das candidaturas**

A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural das culturas tradicionais e populares de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Aracruz, e será realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III.

**Atenção!** Os agentes culturais das culturas tradicionais e populares que apresentarem documentos comprobatórios da trajetória artística e cultural contendo quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A análise compreende os critérios individuais da candidatura, bem como seus impactos e relevância social em relação aos outros inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada agente cultural é atribuída em função desta comparação.

### 6.4. **Recursos na etapa de Seleção**

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial dos municípios - AMUNES e no site oficial da Prefeitura de Aracruz.

Contra a decisão da etapa de seleção, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção e Avaliação por meio do Anexo VIII.

Os recursos deverão ser enviados ao e-mail: [protocolo@aracruz.es.gov.br](mailto:protocolo@aracruz.es.gov.br) no prazo de 3 dias úteis, conforme inciso iii do art 9º da lei nº 14.903/2024, a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial dos municípios- AMUNES e no Site da Prefeitura de Aracruz, no dia 06 de fevereiro de 2026.

### 6.5. **DO CRONOGRAMA OFICIAL DE EXECUÇÃO DO EDITAL**

O presente Edital observará rigorosamente **o cronograma oficial de execução da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB**, conforme as diretrizes, orientações técnicas e normativas expedidas pelo Ministério da Cultura, especialmente aquelas consolidadas na **Instrução Normativa MinC nº 10**, que estabelece parâmetros obrigatórios quanto aos prazos, etapas e fluxos mínimos para a execução dos recursos federais descentralizados.

O cronograma constitui elemento essencial deste chamamento público, tendo por finalidade assegurar **previsibilidade, transparência, ampla publicidade, segurança jurídica e respeito aos princípios administrativos**, garantindo que todos os proponentes tenham pleno conhecimento das etapas do processo seletivo e de seus respectivos prazos.

Para fins de clareza e controle administrativo, o Edital deverá conter, no mínimo, as seguintes etapas e marcos temporais, a serem publicizados de forma clara e acessível:

- I – data da publicação oficial do edital;
- II – período exato de inscrições;
- III – prazo para análise documental e avaliação técnica das candidaturas;
- IV – data de divulgação do resultado preliminar;
- V – prazo para interposição de recursos administrativos;
- VI – data de divulgação do resultado final;
- VII – prazo para apresentação da documentação de habilitação;

Os prazos definidos deverão observar as regras de contagem previstas na legislação vigente, especificando expressamente quando se tratar de **dias corridos ou dias úteis**, em conformidade com a Lei nº 14.903/2024.

Eventuais alterações no cronograma somente poderão ocorrer por motivo devidamente justificado, mediante publicação oficial nos mesmos meios utilizados para divulgação do edital, preservando-se os princípios da publicidade, isonomia e segurança jurídica.

## **6.6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

Na hipótese de ocorrência de empate entre candidatos após a aplicação da pontuação final prevista na matriz de avaliação, o desempate será realizado **obrigatoriamente** em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela **Instrução Normativa MinC nº 10**, observando-se os princípios da equidade, inclusão, diversidade cultural e democratização do acesso às políticas públicas culturais.

Os critérios de desempate deverão ser aplicados **de forma sucessiva e na ordem abaixo estabelecida**, prevalecendo o candidato que atender ao primeiro critério em que houver diferenciação:

I – prioridade para candidatos **autodeclarados pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas ou integrantes de povos e comunidades tradicionais**, em consonância com as políticas de ações afirmativas do Ministério da Cultura;

II – prioridade para **pessoas com deficiência**, garantindo o cumprimento das diretrizes de acessibilidade e equidade previstas na PNAB;

III – prioridade para **mulheres**, especialmente em áreas ou segmentos culturais com reconhecida sub-representação feminina;

IV – maior **tempo de atuação comprovada** no segmento cultural relacionado ao objeto do edital;

V – **idade superior** do candidato, quando persistir o empate;

VI – condição de **vulnerabilidade socioeconômica**, priorizando candidatos de baixa renda ou residentes em territórios periféricos, rurais ou em contextos de maior fragilidade social, quando comprovado.

A aplicação dos critérios de desempate deverá ser devidamente registrada em ata pela Comissão de Avaliação, com a indicação expressa do critério utilizado, garantindo transparência, rastreabilidade e possibilidade de controle administrativo.

## 7. REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:

Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

## 8. ETAPA DE HABILITAÇÃO

### 8.1. Prazo para apresentação de documentos de habilitação

O agente cultural das culturas tradicionais e populares responsável pela iniciativa cultural selecionada deverá encaminhar no prazo de 05 dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio do seguinte e-mail: [protocolo@aracruz.es.gov.br](mailto:protocolo@aracruz.es.gov.br) os seguintes documentos:

Se o agente cultural das culturas tradicionais e populares for **pessoa física**:

- I- documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc); e
- II- comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

**Atenção!** A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais das culturas tradicionais e populares:

- I- pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana, circense ou territórios e comunidades tradicionais;
- II- pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
- III- que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural das culturas tradicionais e populares for **pessoa jurídica**:

I- documento pessoal do representante legal que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

II- atos constitutivos, ou seja, o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

III- certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos; e

IV- certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS.

Se o agente cultural das culturas tradicionais e populares for **coletivo ou grupo sem personalidade jurídica (sem CNPJ)**:

- I- documento pessoal do representante do coletivo ou grupo que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc); e
- II- comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do coletivo ou grupo.

Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais das culturas tradicionais e populares para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação das iniciativas culturais.

## 8.2. Recursos da etapa de Habilitação

O resultado provisório da etapa de habilitação será divulgado no diário oficial dos municípios- AMUNES e no site oficial da Prefeitura de Aracruz.

Contra a decisão da etapa de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção e Avaliação, que deve ser apresentado pelo Anexo VIII por meio do seguinte -email: [protocolo@aracruz.es.gov.br](mailto:protocolo@aracruz.es.gov.br) no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado provisório, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no diário Oficial dos municípios - AMUNES e no Site da Prefeitura de Aracruz

Após essa etapa, não caberá mais recurso.

## 9. ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Finalizada a etapa de habilitação, o agente cultural das culturas tradicionais e populares contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo V deste Edital e receberá o recurso na conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome) indicada no formulário de inscrição.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

### 10.1. Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura de Aracruz.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais das culturas tradicionais e populares. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no Site da Prefeitura de Aracruz e nas mídias sociais oficiais.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, e serão contados em dias corridos, exceto se for expressa a contagem em dias úteis.

### 10.2. Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: [turismo.cultura@aracruz.es.gov.br](mailto:turismo.cultura@aracruz.es.gov.br) e telefone (27) 999589513.

Os casos omissos ficarão a cargo da Comissão de Seleção e Avaliação.

### 10.3. Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 90 dias [após a publicação do resultado final da etapa de habilitação].

### 10.4. Cronograma do edital

ETAPA	PERÍODO	PRAZO
Publicação do Edital	30/12/2025	01 (um) dia útil
Período de Inscrições	De 07/01/2026, a partir das 8h, até 13/01/2026, às 23h59min59s	05 (cinco) dias úteis
DA ETAPA DE SELEÇÃO		

ETAPA	PERÍODO	PRAZO
Avaliação Documental e das Candidaturas	De 14/01/2026 a 23/01/2026	08 (oito) dias úteis
Divulgação do Resultado Preliminar	26/01/2026	01 (um) dia útil
Prazo para Interposição de Recursos	27, 28 e 29/01/2026	03 (três) dias úteis
Divulgação do Resultado Final	30/01/2026	01 (um) dia útil
<b>DA ETAPA DE HABILITAÇÃO</b>		
Prazo para Apresentação da Documentação	De 02/02/2026 a 04/02/2026	03 (três) dias úteis
Resultado Preliminar	06/02/2026	01 (um) dia útil
Prazo para Interposição de Recursos	De 09/02/2026 à 11/02/2026	03 (três) dias úteis
Resultado Final	13/02/2026	01 (um) dia útil
<b>PREMIAÇÃO</b>		
Recebimento do Prêmio	Em até 30 (trinta) dias após o Resultado Final da Habilitação	30 (trinta) dias corridos

#### 10.5. Anexos do Edital

Este Edital é composto pelos seguintes anexos:

Anexo I – Categorias

Anexo II - Formulário de Inscrição

Anexo III - Critérios de seleção e bônus de pontuação

Anexo IV - Declaração de representação de coletivo ou grupo cultural

Anexo V – Termo de Premiação Cultural

Anexo VI - Autodeclaração Étnico-racial

Anexo VII - Autodeclaração para pessoa com deficiência

**CARLOS ROBERTO GUIMARÃES PEIXOTO BRAVO**

**Secretário de Turismo e Cultura**

**Decreto nº 50.276 de 27/11/2025.**



PREFEITURA DE  
**ARACRUZ**  
Secretaria de Turismo e Cultura  
SEMTUR

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

